



PROFESSORES DE COIMBRA REAFIRMAM INCONSTITUCIONALIDADE DAS MEDIDAS DO OE/2011

O Secretariado da FEBASE reuniu no sábado, dia 12, em Coimbra, com a equipa de juristas dos vários sindicatos da Federação – SBC, SBN, SBSI e STAS – contando ainda com a presença do reputado Professor de Coimbra, Jorge Leite, para analisar o parecer que a sua equipa, que conta ainda com o Professor Leal Amado, apresentou à FEBASE. O objectivo é o de definir os caminhos a seguir para arguir a inconstitucionalidade dos cortes salariais que o OE/2011 impôs às empresas do perímetro do Estado do sector bancário e segurador - CGD, BPN, IFAP, Banco de Portugal e ISP.

Ao parecer dos Professores da Universidade Católica do Porto – Júlio Gomes, Raquel Carvalho e Cristina Carvalho – vem agora juntar-se o da escola de Coimbra, que afirmam ser inconstitucional a aplicação das medidas do Governo, designadamente por clara violação do princípio da livre contratação colectiva que vigora no sector financeiro há largas dezenas de anos.

Desta forma, o avanço para os Tribunais está decidido pela FEBASE, aguardando-se agora que no próximo dia 16 de Fevereiro os juristas apresentem ao Secretariado da Federação o enquadramento jurídico que determinará o calendário e a forma de interposição judicial das impugnações das medidas do OE.

GOVERNO TERÁ JÁ DADO O SEU ACORDO ÀS MEDIDAS PROPOSTAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA CGD

A FEBASE e a UGT, através do seu Secretário-Geral, Eng. João Proença, tiveram conhecimento, ainda não confirmado publicamente, que o Governo terá já dado o seu acordo à proposta que a Administração da CGD apresentou oportunamente, com vista à aplicação das medidas restritivas impostas pela Lei do OE/2011 a esta Instituição de Crédito.

Face a esta informação, ainda não confirmada, o Secretariado da FEBASE remeteu nesta mesma data um pedido de reunião, com carácter de Urgência, ao Presidente do Conselho de Administração da CGD, com o intuito de esclarecer os sindicatos da FEBASE sobre a veracidade desta informação.

Na próxima quarta-feira daremos publicamente conta das decisões que forem tomadas, após a reunião com os nossos juristas.

14.02.2011

O SECRETARIADO DA FEBASE